

Questão de fé

Educadores, religiosos e pais debatem qual a melhor maneira de falar de fé com as crianças, avaliam o ensino confessional e discutem o papel da escola na formação espiritual

■ Por Antônio Marinho

RELIGIÃO SE APRENDE NA ESCOLA? HÁ QUEM DIGA QUE SIM E, ENTRE eles, estão os adeptos do ensino confessional (aulas específicas para alunos de cada crença), hoje oferecido em colégios públicos do Rio e da Bahia. Mas o novo mapa das religiões no Brasil, feito pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que esses são justamente os estados com mais habitantes sem religião. E educadores protestam: dizem que escola não é lugar de pregação e religião no currículo não ajuda a formar os alunos. Autora de livros sobre educação, Roseli Fischmann, da Universidade de São Paulo (USP) e *visiting scholar* da Harvard University, é radical:

— Ter um professor na sala de aula falando de todas as religiões cria uma mistura de conceitos que só confunde o aluno. É preciso respeitar a Constituição e separar Igreja e Estado.

A brecha para a adoção do modelo confessional no Rio foi aberta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê que o ensino religioso nas escolas de ensino fundamental é parte integrante da formação básica do cidadão, mas a matrícula é facultativa. A escola pública oferece religião e o aluno participa se quiser. Sérgio Junqueira, secretário do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper), também protesta:

— O ensino confessional é um erro. A escola deve ajudar as crianças a entender o mundo em que vivem. Mas a opção de fé é da família.

Nas escolas públicas no Norte Fluminense, alunos aprendem nas aulas de religião evangélica o criacionismo (doutrina sobre a criação do mundo a partir da interpretação textual da Bíblia), contrária à teoria evolucionista (segundo a qual a espécie humana originou-se de primatas).

A professora Valéria Lopes, coordenadora de educação religiosa da Secretaria estadual de Educação, defende o ensino confessional e

lamenta o déficit de 1.600 professores (há 799 aprovados em concurso, mas não contratados).

— Oferecemos aula de religião sem descuidar do ecumenismo. O número de professores é insuficiente, mas 90% deles fazem atualização em universidade — diz Valéria, garantindo que o criacionismo não faz parte da grade, mas reconhecendo que o tema pode aparecer em aula. — O objeto de estudo é o sagrado, não o criacionismo ou o evolucionismo. Mas o Livro do Gênesis fala do mito da criação...

De acordo com a secretaria, há 734 professores em atividade (entre católicos, evangélicos e de outras crenças: messiânica, umbandista, espírita, mórmon e candomblé). Cada professor atende a cerca de 12 turmas (média de 35 alunos cada) de quinta a oitava séries, e a maior parte no ensino médio.

Coordenador do Movimento Inter-Religioso (MIR) do Iser, André Porto critica o criacionismo nas escolas:

— Aprendê-lo na escola é diferente de aprender na igreja. Confunde o aluno: ele aprende uma coisa na aula de ciência e outra na aula de religião.

O debate em torno da liberdade no aprendizado da fé não se restringe às escolas públicas. Também os direitos dos alunos laicos em colégios religiosos devem ser respeitados, e a dificuldade é integrar alunos de credos diferentes ou ateus. No São Bento, católico, os alunos têm de ir à aula de religião e são avaliados. Os não-católicos são dispensados de missa e catecismo.

— O sacramento é uma experiência de fé. A escola deve sinalizar a presença de Deus na vida — diz Vera Boeing, orientadora educacional do São Bento.

Para quem acha que fé se aprende em casa, os educadores têm conselhos para que os pais saibam garantir, desde cedo, a liberdade de escolha para os filhos.

A PESAR DE O ESTADO BRASILEIRO SER LAICO E O ENSINO religioso confessional nas escolas ser considerado inconstitucional por educadores, a LDB reconhece a disciplina como área de conhecimento. E agora? Para a antropóloga Sandra de Sá Carneiro, professora da Uerj e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser), o proselitismo religioso é proibido:

— Não tem sentido pagar um professor para ensinar uma determinada crença. E é impossível ter professores em número suficiente para atender a todos os alunos de diferentes credos. A discussão do tema tem que partir do ponto de vista filosófico, antropológico e ecumênico.

O antropólogo Emerson Giumbelli, professor da UFRJ e pesquisador do Iser, acrescenta que a escola pública deve ter compromisso com o pluralismo:

— Há escolas públicas no Rio sem professor de religião ou, às vezes, só com o de uma determinada religião e num único turno.

Para André Porto, coordenador do Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro (MIR), que promove o diálogo e a cooperação entre diferentes religiões e grupos espirituais, a lei do ensino confessional foi feita para falhar:

— No mundo globalizado, ainda que a família não tenha uma crença, é importante a criança ou o jovem entender o fenômeno religioso, não apenas cristão. E isso pode estar na escola. Até para se aprofundar na religião que recebeu da família, ter subsídios para buscar outra ou não ter crença.

A engenheira Chou Chaw Yung, mãe de Diego e Amanda, acha essencial seus filhos terem cultura religiosa. Católica praticante, optou pelo São Bento para o menino, para ele complementar a referência religiosa dada pela família e ter base para aceitar ou questionar sua fé.

Assim como Ana Carolina Nunes Dias, que matriculou o filho Mateus, de 10 anos, no São Bento por causa da ênfase à religião:

— A formação espiritual é tão importante quanto a instrução.

O padre Paulo D'Elboux, reitor do Santo Inácio, diz que a religião ajuda a formar a personalidade e que seu aprendizado começa na família:

— A escola é o ambiente no qual os valores religiosos se desenvolvem.

Já a reverenda Gláucia Mendes Silvestre, coordenadora da pastoral escolar e universitária do Instituto Metodista Bennett, diz que a religião na escola não deve ser abordada em forma de dogmas, mas em valores aplicáveis no dia-a-dia.

— Passamos valores que Jesus ensinou, como amor, paz, justiça e fraternidade. Não fazemos catecismo. Buscamos o diálogo ecumênico. Na aula, discutimos temas sociais como drogas, sexo fora do casamento e gravidez na adolescência — diz ela, casada com o pastor Carlos Henrique e mãe de Carlos Victor, Stefanie e Pedro Henrique, contando que no Bennett, onde a religião é obrigatória, o ateu não é discriminado. — Há alunos de várias crenças.

O pilar de qualquer identidade é a família, para o rabino Sérgio Margulies, da Associação Religiosa Israelita (ARI), do Rio. Mas o ensino religioso tem valor.

— Boa parte da vida religiosa dos judeus é para as crianças. A família passa cultura e valores, mas não o bastante. Daí o valor de atividades nas sinagogas e nas escolas. Com isso, os passos da criança são mais seguros.

Para Evelyn Mileztajn, cujas filhas Deborah, Dafna e Tamara estudaram ou estudam em colégio de tradição judaica, o ensino não deve ser ortodoxo:

— A família tem maior responsabilidade em transmitir a crença. Acho essencial dar alguma referência à criança para mais tarde ela optar.

Segundo Sérgio Junqueira, do Fonaper, nas escolas é mais importante discutir o sagrado e as manifestações da religião na sociedade contemporânea, mostrando ao aluno que há diferentes credos e grupos numa mesma crença:

— Assim aprende-se a respeitar as diferenças. Separar as crianças é uma discriminação. Elas perdem a chance de ver o mundo juntas. O Brasil não tem religião oficial. As escolas públicas não deveriam ter símbolo religioso.

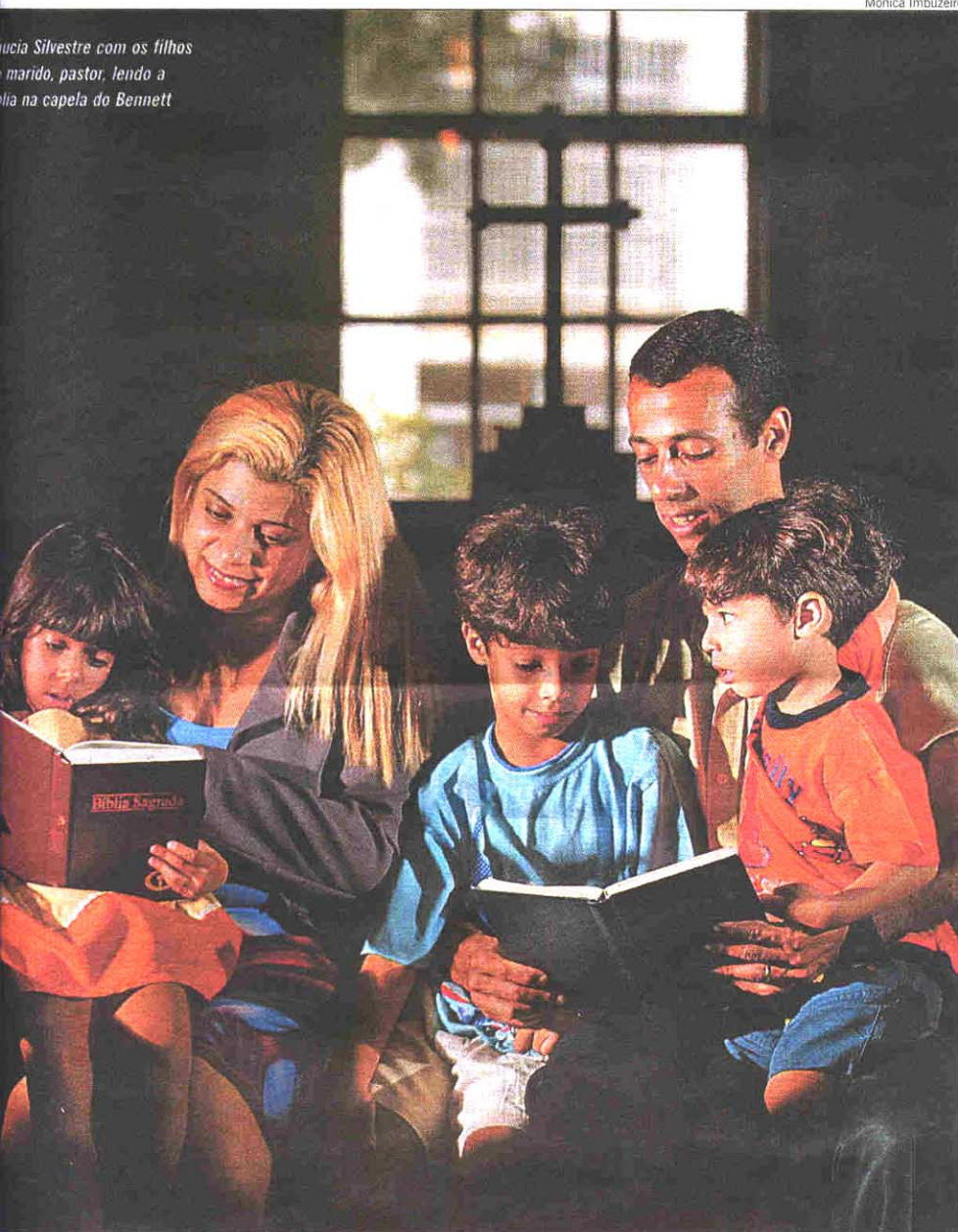


Com Sérgio Margulies, crianças judias participam de atividades na ARI

“Boa parte da vida religiosa dos judeus é para as crianças. A família passa cultura e valores, mas não o bastante.”

SÉRGIO MARGULIES, rabino da ARI

Glúcia Silvestre com os filhos
e marido, pastor, lendo a
Bíblia na capela do Bennett



O APRENDIZADO DA FÉ

Se os pais têm religiões diferentes, o psiquiatra Alfredo Castro Neto, especialista em crianças, recomenda que pelo menos a escola escolhida seja laica, para evitar maiores conflitos na educação da criança e para que ela possa ter um espaço de liberdade para aprender e crescer. Ele está justamente orientando nesse sentido um casal de pacientes em que o pai é judeu e a mãe é católica. Ambos pretendem na prática que o filho siga a sua fé e não a religião do outro cônjuge:

— A mulher está grávida e antes de nascer essa criança já enfrenta o embate dos pais. Se for homem, vai fazer circuncisão e vai também ser batizado e por aí afora. Se for mulher, as opções dos rituais religiosos são diferentes. Nos dois casos a criança vai conviver com a diferença religiosa dos pais.

Para Sérgio Junqueira, os pais e a escola devem estar mais preocupados em formar cidadãos.

— É mais importante o jovem aprender valores e virtudes, e isso independe do ensino religioso — diz.

Os pais devem ensinar aos seus filhos que eles têm a liberdade de crença. Roseli Fischmann lembra que há culturas que pregam o monoteísmo ou o politeísmo, além de outras que não fazem qualquer referência a uma figura divina:

— Eles devem aprender a não constranger quem pensa de um modo diferente. Respeito independe de concordância.

“Não fazemos catecismo. Buscamos o diálogo ecumênico. Nas aulas, discutimos temas sociais como drogas e gravidez na adolescência.”

GLÁUCIA SILVESTRE, coordenadora da pastoral escolar do Bennett

NO CASO DOS MUÇULMANOS A EDUCAÇÃO religiosa passa necessariamente pelo aprendizado em casa. É o que diz Abdelbagi Osman, presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio, que reúne 300 dos cinco mil muçulmanos do estado. Naturalizado brasileiro, de origem sudanesa, Abdelbagi, de 43 anos, está no Brasil há 17 e é casado há dois com a marroquina Iltto Jaby, de 34 anos, com quem teve o menino Omar, de 1. Para Abdelbagi, o importante na educação é a coerência.

— Evitamos as palavras que nossos filhos não devem repetir. Estimulamos nossas crianças a seguir os preceitos religiosos através do livro sagrado, o Alcorão. Quando recitamos o Alcorão em voz alta e de forma melódica, a criança presta bem atenção — conta Abdelbagi.

A educação religiosa sistemática dos muçulmanos só começa por volta dos 7 anos, quando aprendem a rezar. Nessa fase começa também a educação sexual. Já as obrigações religiosas têm início na puberdade, depois de um primeiro período de ensinamentos:

— O jovem começa a praticar a religião a partir de 13 anos, idade considerada a maioridade pela cultura islâmica. Para nós, a religião é o sistema completo de vida. Também ensina-se às crianças, antes de chegar a puberdade, a prática do mês do jejum. A educação islâmica é voltada para o sistema moral.

Budismo: sagrado é valorizar o presente

Para o zen-budista Bruno Pacheco, de 34 anos, autor de “100 pensamentos zen-budistas para uma vida melhor”, “Histórias para se ver por outro lado” e “Três fábulas budistas para crianças” (Record), o budismo no Ocidente e, principalmente no Brasil, é mais filosofia de vida do que uma religião:

— Temos o budismo theravada, que é o mais tradicional; o tibetano, que é o mais difundido aqui devido à projeção do Dalai Lama e, sem dúvida, mais religioso. E temos o zen-budismo, que segue os princípios de Sidarta Gautama, o Buda, que vê seus ensinamentos mais como uma prática de vida — diz Pacheco, que participará no dia 22 de maio de um fórum sobre religião na Bienal do Livro.

Ele diz que aprendeu o budismo com seu avô, que só conheceu aos 18 anos. Foi o avô que o ensinou a meditar:

— Eu era muito estressado. Há dez anos pratico meditação. Mergulho no silêncio e tento não pensar. Vivo a vida como ela é, valorizo o presente. Isso é o que há de religioso no zen-budismo: aprender que as coisas mais simples do cotidiano são sagradas.

Foi para o filho Leon, de 5 anos, que Pacheco começou a escrever seus livros com histórias adaptadas do budismo. Ele ficou feliz quando o viu certa vez apartar uma briga entre amigos:

— Eu o ouvi dizer: vamos achar o caminho do meio, que é o equilíbrio, o respeito ao outro — conta.

Já Cecília Rocha, pedagoga e vice-presidente da Federação Espírita Brasileira, explica que a iniciação das crianças no conhecimento espírita e sua formação religiosa começam na família. Os filhos de espíritas são convidados a participar da evangelização infantil.

— O ensino espírita não acontece apenas em dias e horas marcados. Ele permeia todo o processo educativo, com vistas à formação do homem integral. A religião esclarece a todos nós a condição de filhos de Deus, a crença na imortalidade da alma, chamando, ao mesmo tempo, a atenção para as nossas responsabilidades como cidadãos e herdeiros do mesmo Pai — diz Cecília.

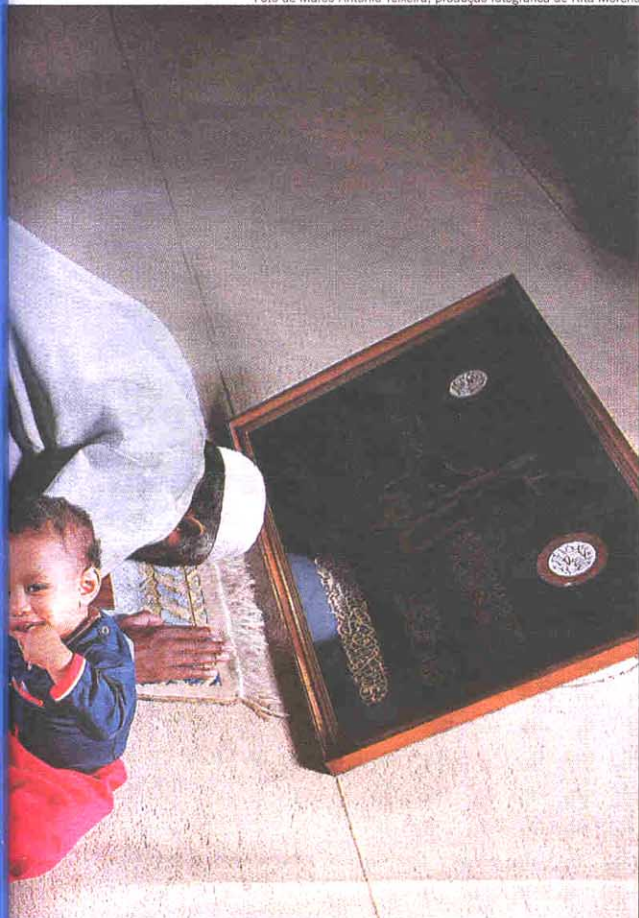


A família de Abdelbagi Osman num dos rituais de reza. São cinco por dia

Foto de Marco Antônio Teixeira; produção fotográfica de Rita Moreno; almofadas



Leon, de 5 anos, já aplica o budismo em conflitos do dia-a-dia



“Evitamos as palavras que os filhos não devem repetir. Quando recitamos o Alcorão de forma melódica, a criança presta atenção.”

ABDELBAGI OSMAN, presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana

“Valorizo o presente. Isso é o que há de religioso no zen-budismo: aprender que as coisas mais simples do cotidiano são sagradas.”

BRUNO PACHECO, zen-budista e escritor

O DIREITO DE EXPRESSÃO RELIGIOSA EM ESCOLAS LAICAS

A professora Roseli Fischmann, da USP, explica que a criança não pode ser forçada a expressar sua religião nas aulas. A crença ou o ateísmo fazem parte do íntimo do indivíduo, assim como a consciência. Portanto ninguém deve ser impedido de mostrar sua fé e também não pode ser obrigado a manifestá-la.

— Isso pode levar ao constrangimento e ao medo. E o mais grave: ter esses sentimentos em relação a si próprio, pois a criança se sente diferente do que os outros afirmam que deveria ser. A criança e o adolescente que não praticam uma religião ou são ateus também devem ter sua dignidade respeitada — acrescenta.

Ela diz que os professores costumam ser exemplo e reconhecidos como autoridade pelos alunos, principalmente nas primeiras séries. Por isso, devem ter

cuidado para que sua crença não influencie as crianças.

— Se o aluno sente que o professor o discrimina por ter uma crença diferente da sua, podem ocorrer danos à formação da sua identidade. Isso prejudica a aprendizagem — alerta Roseli.

Por ser o Brasil um país de pluralidade cultural, étnica e religiosa, Roseli diz que nas escolas públicas é melhor o professor não expor aos alunos seu modo de praticar a fé. Isso pode ofender aquele que não tem a mesma religião:

— Uma simples oração ou reza antes da aula na rede pública pode indicar uma forma de exclusão. Por outro lado, homogeneizar as mensagens religiosas pode significar uma mutilação da verdade presente em cada credo. Somos iguais em dignidade e direitos.

O DIREITO DOS ALUNOS LAICOS EM COLÉGIOS CONFESSIONAIS

Nas escolas públicas os alunos não são obrigados a participar da disciplina de ensino religioso. A professora Roseli Fischmann diz que a criança ou o adolescente só poderá assistir às aulas se a família autorizar (deve ser feito um documento que ficará arquivado na secretaria). E ela acrescenta que, mesmo com aprovação do responsável, o aluno tem o direito de não ter a disciplina. Portanto, a secretaria do colégio deve informar que existe esta opção.

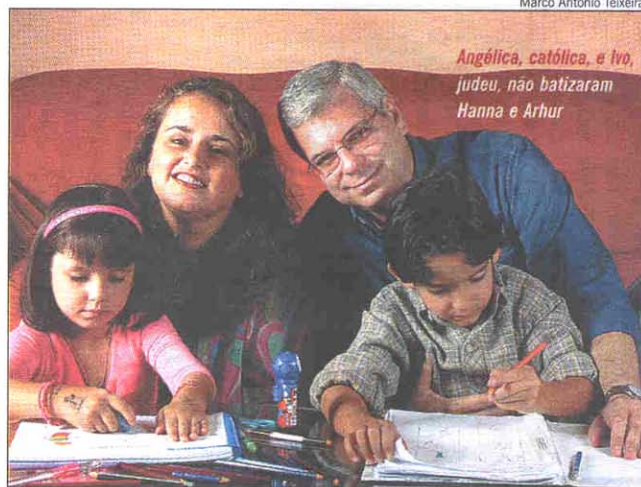
Com base na Constituição federal, Roseli lembra ainda que o aluno de ensino religioso em escola pública não poderá ser reprovado por falta ou nota. No caso de escolas privadas confessionais reconhecidas e autorizadas pelo estado, as normas devem ficar claras para os pais, alunos e professores:

— A escola pública de um

Estado laico não deve cuidar de religião, seja qual for, nem propor ecumenismo. Isso exclui todos aqueles que não acreditam em ensinar às crianças princípios que não podem ser universalizados, já que cada religião tem seus dogmas.

Sérgio Junqueira, do Fonaper, diz que até os 6 anos a criança não deveria receber educação religiosa formal ou sistemática, assim como também não ter aulas de história, geografia etc. Nos primeiros anos ela não tem uma opção religiosa e tende a repetir um comportamento ou um exemplo na família. Já o adolescente tende a se afastar do que lhe é imposto.

Para o antropólogo Emerson Giumbelli, da UFRJ, o mais adequado seria a discussão da religião que passasse pela filosofia e que o ensino teológico fosse adaptado a cada fase do aluno.



Angélica, católica, e Ivo, judeu, não batizaram Hanna e Arthur

QUANDO A FAMÍLIA TEM CRENÇAS DIFERENTES, o problema, para ser resolvido em casa e que passa ao largo da discussão sobre a disciplina religiosa nas escolas, é decidir qual a orientação religiosa dos filhos. O casal Ivo Cláudio Berzon, judeu, e Angélica Léo Pardo Berzon, católica, tentam dar o mínimo de referência para os filhos Hanna, de 5 anos, e Arthur, de 6, mas nada ortodoxo.

— Decidimos não batizar as crianças. O Arthur só foi circuncidado por um motivo médico, não pela tradição. E acho mais higiênico. O Ivo frequenta a sinagoga e leva as crianças para conhecerem a religião e a cultura judaica.

Mas meus filhos mais tarde é que decidirão o melhor para eles. Estamos pensando em matricular os dois num colégio de tradição judaica. E se Arthur quiser fazer o bar mitzvah (a cerimônia religiosa judaica aos 13 anos que dá responsabilidade religiosa e civil dos atos), terei que me converter. Por outro lado, apesar de ser católica, não concordo com alguns ensinamentos da minha religião. E se não me encontrei nessa crença, como posso exigir que meus filhos a aceitem? — questiona Angélica.

Pais devem ser coerentes nas suas atitudes

Para não deixar a criança confusa, o pesquisador Sérgio Junqueira, do Fonaper, diz que os pais devem conversar sempre com os filhos.

— Há casais que abrem mão e deixam os filhos frequentarem a religião do pai ou da mãe. É mais fácil quando um dos cônjuges não pratica uma crença. Mas há também famílias nas quais as crianças terminam conhecendo as duas religiões e isso não chega a trazer prejuízos para sua formação, desde que os pais expliquem muito bem o que está acontecendo. Só será ruim se essa situação estiver confusa para o casal. É importante colocar para os filhos a possibilidade de eles acompanharem os pais. Mais tarde eles podem fazer suas opções ou não fazer nenhuma — diz o pesquisador.

No caso dos ateus, Junqueira diz que o melhor é manter a coerência. — As crianças devem acompanhar as práticas da família. E se os pais são ateus não devem insistir para o filho ter uma religião. Manter a coerência é fundamental para o equilíbrio emocional da criança — ensina.

O psiquiatra Alfredo Castro Neto, especialista em crianças, comenta que a educação religiosa será também uma das formas pela qual a criança vai expressar seus dramas pessoais e seus conflitos. Ele diz que há em sua clínica, por exemplo, entre as crianças católicas, um grupo já conhecido como de crianças crucificadas. Elas se desenham crucificadas na cruz, sangrando, com pessoas observando seu sofrimento. É uma maneira católica de demonstrar seu sofrimento. Já as crianças judias desenham famílias explodindo com bombas, cidades arrasadas. O ideal, segundo ele, é evitar o patulhamento religioso de qualquer tipo e até mesmo o anti-religioso:

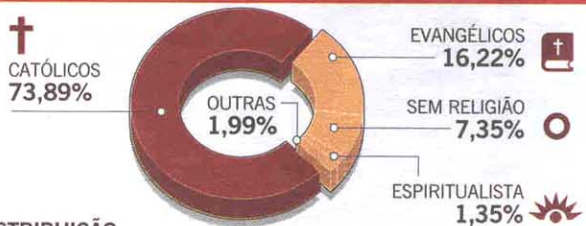
— Eu mesmo já fui repreendido por um pai ateu porque usei a expressão de Deus quiser. Ora, essa expressão não iria interferir no tratamento que eu fazia com o filho dele de maneira alguma.

Para o psiquiatra infantil, esse policiamento excessivo prejudica a criança, impede que ela desenvolva, nesse caso do ateu, uma espiritualidade, que ela transcenda do mundo apenas humano e animal. Mas em todos os casos a criança sempre vive no mundo dos adultos e seu comportamento dependerá do que pensam os pais sobre qualquer tema.

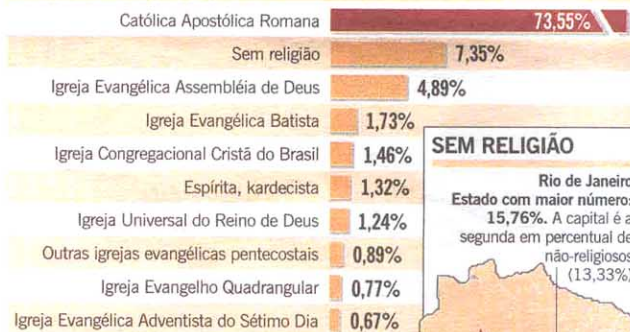
— Todo mundo sabe que a criança é dependente dos pais, mas poucas pessoas percebem que elas podem ser também prisioneiras desses pais. Esse é o grande perigo — alerta Castro Neto.

Editoria de Arte

Os números da religião no Brasil



DISTRIBUIÇÃO



SEM RELIGIÃO

Rio de Janeiro Estado com maior número: 15,76%. A capital é a segunda em percentual de não-religiosos (13,33%)



Os três estados com mais pessoas sem religião: Salvador Capital com maior número: 18,14% não têm religião

CATÓLICOS NAS CAPITALS

Acima de 80% (dark red), 65% a 75% (light green), 75% a 80% (orange), Até 65% (light blue)



FONTE: FGV e IBGE